CUNHAVAZ & ASSOCIADOS CONSULTORES

PRESS BOOK

Revista de Imprensa

02-06-2011

1. (PT) - Jornal de Negócios, 02/06/2011, Acordo com a troika não alivia risco das empresas

1

2. (PT) - Jornal de Negócios Online, 02/06/2011, "Obrigações hipotecárias são solução para a banca voltar ao 5 mercado"



negocios

ID: 35797056

02-06-2011

Tiragem: 17060

País: Portugal Period.: Diária

Âmbito: Economia, Negócios e. | Corte: 1 de 4

Cores: Cor

Pág: 18

Área: 26,89 x 33,32 cm²



02.06.11

O acordo com a troika garante liquidez a Portugal. Mas os receios de contágio pela Grécia impediram um alívio das taxas de juro e no custo de fazer um seguro contra incumprimento na dívida nacional. Por arrasto. a percepção de risco das empresas continua também em níveis pouco favoráveis. o que complica a obtenção de financiamento nos mercados.

Proteger 10 milhões de euros em divida portuguesa a cinco anos tem um custo anual de 645 mil euros.

ANÁLISE

Acordo com a troika não alivia risco das empresas

A percepção dos investidores internacionais sobre o risco das empresas portuguesas agravou-se nas últimas semanas, dificultando o acesso ao crédito

ANDRÉ VERÍSSIMO EDGAR CAETANO

Orisco das empresas portuguesas aumentou desde que o Governo chegou a acordo com a troika. Comprar protecção contra a possibilidade de as empresas não pagarem os empréstimos está mais caro, por contágio da dívida pública. Embora a ajuda internacional garanta a liquidez imediata do País. o receio de uma reestruturação na dívida grega está a penalizar Portugal

Ocustodos seguros contrao incumprimento no crédito ("credit default swaps") até desceu após o pedido de ajuda financeira ao FMI eà União Europeia. Mas entretantovoltoua subire está já acima dos níveis que se verificavam quando o Governo e os partidos da oposição (PSDe PP) chegaram a acordo com a troika

Uma análise à evolução dos "credit default swaps" (CDS) sugere que os recejos de reestruturação na dívida da Grécia impediram que o acordo do Governo com a troika se reflectisse num alívio da percepção de risco sobre Portugal. "A ajuda à Grécia não foi, até agora, um sucesso, o que lança alguma desconfiança sobre a eficácia da ajuda a Portugal, junto de quem investe", afirma Filipe Silva, gestor de obrigações do Banco Carregosa

O preço de fazer um seguro contra o incumprimento na dívida nacional aumentou de 608 para 645 pontos base. Nesse mesmo período, os CDS sobre dívida da EDP agravaram-se ligeiramente, de 280 para 286 pontos base, enquanto que a Portugal Telecom foi "arrastada" pelo risco soberano. O risco implícito da operadora agravou-se de 275 pontos base para 309 pontos base, bem mais do que o índice para as empresas europeias.

"É verdade que o risco país não é o mesmo que o risco de todas as empresas, mas só os investidores bem informados e com capacidade analítica conseguem distinguir as situações. Outros

A ajuda à Grécia não foi, até agora, um sucesso, o que lança alguma desconfiança sobre a eficácia da ajuda a Portugal.

Gestor do Banco Carregosa

saem de todos os activos do país", explica Filipe Silva.

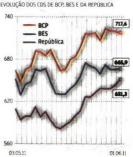
Apesar deste agravamento, a percepção de risco sobre as empresas não financeiras é muito inferior à do Estado. Os investidores exigem mais do dobro paravender protecção em relação à República. A presença internacional da EDP e da PT e a menor dependência do mercado doméstico permite aos dois pesos-pesados da bolsa nacional ter custos de financiamento mais baixos.

Nos últimos meses de 2010 houve uma "descolagem" entre o risco de Portugal, visto como o próximo país a ser resgatado depois da Irlanda, edas empresas não-financeiras. As obrigações da PT e da EDP negoceiam com taxas inferiores a 5% no mercado, enquanto ao Estado é exigido mais de 10%.

Apesar desta diferença, o aumento do preço dos CDS indica que as condições de financiamento destas empresas não melhoraram. Isso é visível sobretudo na banca, cuja percepção de risco está mais próxima da República.

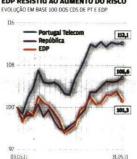
Os CDS a cinco anos do BCP dispararam de 663 pontos base antes do acordo para os actuais 715 pontos base. Os do BES também subiram, embora menos. Os bancos portugueses continuam sem acesso aos mercados internacionais. Para refinanciarem a dívida, alguns vão recorrer a emissões com garantia do Estado.

RISCO DA BANCA "COLADO" AO PAÍS



O risco associado ao sector financeiro continua fortemente ligado ao da República. Apesar do acordo com a troika, esse risco continuou a agravar-se, fruto do contágio do impasse na Grécia.

EDP RESISTIU AO AUMENTO DO RISCO



Fora da banca, o acordo com a troika trouxe sortes diferentes para outros pesos-pesados de Lisboa: a PT e a EDP. Os CDS da PT agravaram-se mais que a República, mas a EDP, que no primeiro trimestre reduziu a dívida pela primeira vez desde 2009, manteve-se praticamente inalterada.

EDP descola d

A EDP não escapou ao agravamento da percepção de risco. Mas descolou claramente do



negocios

ID: 35797056

02-06-2011

Tiragem: 17060

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Economia, Negócios e. | Corte: 2 de 4

Pág: 19

Cores: Cor

Área: 26,80 x 33,52 cm²



"Obrigações hipotecárias são solução para a banca voltar ao mercado"

TED LORD, DIRECTOR DE OBRIGAÇÕES HIPOTECÁRIAS NA EUROPA DO BARCLAYS CAPITAL

O responsável do banco de investimento britânico diz que o regresso dos bancos portugueses ao mercado deve passar por colocações privadas de dívida

Aemissão de obrigações hipotecárias na Europa está a crescer ao ritmo mais elevado desde o início da crise financeira. Estes empréstimos são garantidos por créditos imobiliários e títulos de dívida pública, o que diminui o seu risco. Os principais bancos portugueses têm 20,9 mil milhões de euros emitidos em obrigações hipotecárias. Pelas suas características, Ted Lord acredita que é por aqui que a banca deve trilhar o regresso aos mercados internacionais sem a garantiado Estado, assim que as condições o permitirem.

Porque está o mercado de obrigações hipotecárias de novo a crescer na Europa?

Os investidores estão a aumentar a compra de obrigações hipotecárias devido à taxa de rentabilidade atractiva que oferecem e ao currículo impecável que este produto tem no pagamento aos investidores, desde que foram criadas pela primeira vez na Silésia [região da antiga Prússia], no ano de 1769. Os emitentes estão a lançar novas emissões para ir de encontro à maior procura que existe a nível global.

O que explica o maior apetite por par te dos fundos de pensões, gestores de fundos e companhias de seguros?

Sob as regras do acordo "Solvência II", as obrigações hipotecárias têm um estatuto mais favorável. Além disso, alguns fundos de investimento, fundos de pensões e companhias de seguros estão a mudar a sua percepção em relação ao risco de alguma dívida soberana.

Isso significa que num contexto de crise da dívida pública nos países periféricos da Zona Euro e receios crescentes sobre o endividamento público dos EUA, as obrigações hipotecárias podem ser um refúgio para os investidores?

As obrigações hipotecárias podem sergarantidas por dívida pública de elevada qualidade, hipotecas de baixo risco ou uma combinação das duas como acontece em França e na Suécia. Os activos que servem de garantia às obrigações são dinâmicos, uma vez que sempre que há um activo que entra em incumprimento ou



Osentimento dos investidores pode melhorar rapidamente se alguns emitentes portugueses conseguirem vir ao mercado.

a sua qualidade desce abaixo dos níveis requeridos tem de ser substituído por outro de elevada qualidade. Muitas carteiras têm uma percentagem elevada de obrigações alemãs, holandesas e francesas com classificação "AAA". Écurioso constatar que temos visto algumas obrigações hipotecárias da Grécia e de Espanha negociar com um "spread", face aos títulos dos países de maior qualidade de crédito, inferior ao que se verifica na sua dívida pública.

Que tipo de empresas financeiras estão mais activas neste mercado?

Os maiores emitentes de obrigações hipotecárias tendem a ser os principais "players" na concessão de crédito à habitação e para infra-estruturas públicas das maiores economias europeias. Mas temos assistido a procura por emissões de instituições financeiras de menor dimensão, desde que tenham um modelo de negócio robusto e rentável.

Os bancos espanhóis têm vindo a fazer emissões. Porque é que o colapso da bolha no mercado imobiliário e o risco de contágio da crise da divida soberana não afectou a confiança dos investidores nas

obrigações hipotecárias do país?

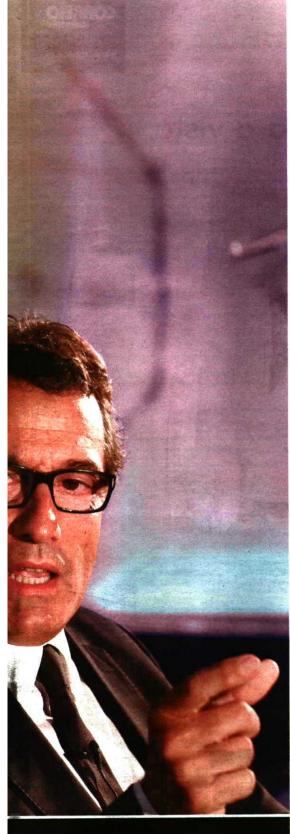
Alguns bancos espanhóis, como o Santandere o BBVA, têm negócios lucrativos em vários continentes e têm uma política conservadora nos empréstimos à habitação em Espanha. Outros, como o La Caixa, estão a criar novas entidades, como o CaixaBank, que terá apenas os melhores activos. É preciso ter em conta que todo o portefólio de hipotecas é elegível para servir de colateral às emissões. Isto pode levar a uma sobrecolateralização muito significativa em algumas emissões. Recorde-se que existem emissões de obrigações hipotecárias espanholas desde 1869 e nunca existiu um problema de reembolso.

Os bancos portugueses estão a vir para ao mercado de obrigações hipotecárias. Existe apetite dos investidores?

Os bancos portugueses reúnem frequentemente com os investidores para lhes dar conta da forma como está a evoluir o negócio, o que é positivo. Com a ajuda financeira e a aproximação de eleições, a realização de colocações privadas de obrigações hipotecárias seria o formato mais adequado. Foi o que aconteceu em Espanha. Mas o sentimento dos investidores pode melhorar rapidamente se alguns emitentes portugueses conseguirem vir ao mercado.

Como podem as obrigações hipotecárias ser uma alternativa para os bancos portugueses conseguirem financiamento de médio e longo prazo?

As seguradoras e os fundos de pensões são compradores regulares de obrigações hipotecárias e gostam de emissões com prazos mais longos, de forma a fazerem coincidir os prazos de reembolso com as suas responsabilidades financeiras. Há um mercado de grande dimensão na Alemanha para colocações privadas chamado Namenstitle. Este mercado registou elevados volumes nos últimos 20 anos, funcionando de forma contínua nos últimos séculos. Manteve-se, aliás, muito activo na segunda metade de 2008, quando muitos mercados de dívida pública fecharam. Av



risco do Estado

Estado. A diferença entre o preço exigido à República e à eléctrica para fazer um seguro contra um incumprimento na

dívida alargou-se nas últimas semanas. O custo da EDP é agora 56% do que é cobrado nas obrigações de dívida pública.





ID: 35797056

02-06-2011

Tiragem: 17060

País: Portugal Period.: Diária

Área: 6,00 x 8,89 cm²

Pág: 17

Cores: Cor

Âmbito: Economia, Negócios e. | Corte: 3 de 4









ID: 35797056

02-06-2011

Tiragem: 17060 País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Economia, Negócios e. | Corte: 4 de 4

Pág: 1 Cores: Cor Área: 5,63 x 6,19 cm²

Taxa social única terá de ser reduzida de forma "substancial" **Ajuda externa** não aliviou percepção de risco sobre as empresas

CISION^{*}

"Obrigações hipotecárias são solução para a banca voltar ao mercado"

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 02/06/2011

Meio: Jornal de Negócios Online

Jornalistas: André Veríssimo

URL: http://www.jornaldenegocios.pt/imprimirNews_v2.php?id=488243

02 Junho 2011 | 00:01

O responsável pelo departamento de obrigações hipotecárias do Barclays Capital diz que o regresso dos bancos portugueses ao mercado deve passar por colocações privadas de dívida.

A emissão de obrigações hipotecárias na Europa está a crescer ao ritmo mais elevado desde o início da crise financeira. Estes empréstimos são garantidos por créditos imobiliários e títulos de dívida pública, o que diminui o seu risco. Os principais bancos portugueses têm 20,9 mil milhões de euros emitidos em obrigações hipotecárias.

Pelas suas características, Ted Lord acredita que é por aqui que a banca deve trilhar o regresso aos mercados internacionais sem a garantia do Estado, assim que as condições o permitirem.

André Veríssimo - averissimo@negocios.pt